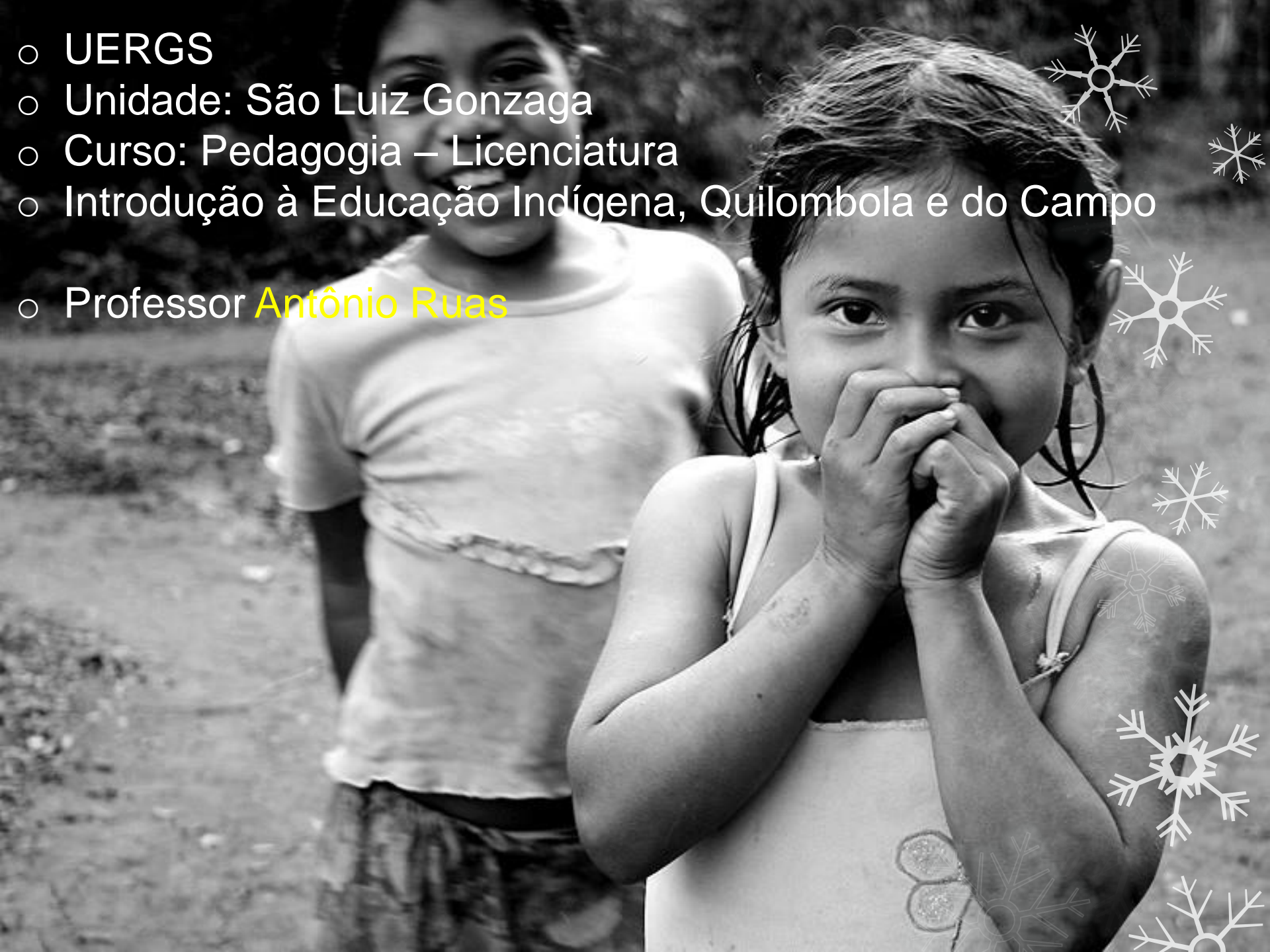


- UERGS
- Unidade: São Luiz Gonzaga
- Curso: Pedagogia – Licenciatura
- Introdução à Educação Indígena, Quilombola e do Campo
- Professor **Antônio Ruas**







● **Situación actual:**





Ementa:

O Brasil indígena. O problema indígena no Brasil. A política Educacional indigenista. O rural e o urbano. Capitalismo e agricultura. Relações de trabalho no campo. A educação no campo e para o campo, políticas e práticas. A questão do negro no Brasil e a educação, legislação, políticas e práticas.

Objetivo(s):

- Analisar as políticas de educação no campo, nos quilombos e nas comunidades indígenas, refletindo sobre as práticas pedagógicas de atendimento à diversidade e as Políticas Afirmativas.



Cronograma/Conteúdo Programático:

Data	Nº da Aula	Assunto
18/11/13	1-4 (N)	Apresentação do Componente Curricular. Metodologia de Trabalho. O que são políticas públicas. Debate no grande grupo: as políticas públicas vigentes no Brasil estão de acordo com as expectativas?
19/11/13	5-8 (N)	Multiculturalismo. Conceito. Direito e multiculturalismo. Reconhecimento, direitos humanos democracia e educação. Trabalho em grupos e plenária para debate.
20/11/13	9-12 (N)	Introdução das políticas públicas de educação no campo, quilombos e comunidades indígenas, como atendimento à diversidade e as Políticas Afirmativas. Vídeo documentário sobre os quilombos. Debate no grande grupo.
21/11/13	13-16 (N)	Políticas e práticas de educação e saúde indígenas. Vídeo sobre políticas específicas de educação e saúde às comunidades indígenas. Debate no grande grupo.
22/09/13	17-20 (N)	Políticas e práticas de educação indígena: educação escolar ou educação indígena? Vídeo Terra Vermelha. Debate no grande grupo.
23/09/13	21-24 (M)	Possibilidades de uma educação para o povo indígena em atendimento à diversidade. Visita orientada à comunidade indígena Guarani em São Miguel das Missões.
23/09/13	25-28 (T)	Relato de experiências: debate em grupo e escolha de tema.
25/09/13	29-32 (N)	EAD: Direito e multiculturalismo: trabalho em grupo.
26/09/13	33-36 (M)	EAD: Relato de experiência e proposta para educação indígena ou quilombola. Trabalho em grupo.
	37-40	História do negro no Brasil.
	41-44	História do negro no Brasil.
	45-48	A organização dos quilombos.
	49-52	A organização dos quilombos.

- 1. O que são Políticas Públicas?
- Segundo uma definição conhecida, são um “conjunto de disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, atuando e influenciando sobre a realidade econômica, social e ambiental. Variam de acordo com o grau de diversificação da economia, com a natureza do regime social, com a visão que os governantes tem do papel do Estado no conjunto da sociedade, e com o nível de atuação dos diferentes grupos sociais (partidos, sindicatos, associações de classe e outras formas de organização da sociedade).
- Fontes: BOBBIO, N., MATTEUCCI. N., PASQUINO, G. Dicionário de Política. Ed. Universidade de Brasília, 1983. 1318 p.
- SANDRONI, P. (consultoria). Dicionário de Economia. São Paulo: Editora Best Seller. Série Os Economistas, 1994.

- 1. O que são e para que existem Políticas Públicas?
- Assumindo que o Estado tem o compromisso de regular e fiscalizar as tarefas do interesse público, é justo esperar-se que haja políticas públicas destinadas à superação das iniquidades sociais.
-



- 1. O que são e para que existem Políticas Públicas?
- O que são iniquidade e equidade?
- Iniquidades são as desigualdades sociais que existem na sociedade multiétnica e estratificada socialmente, resultando da diferença no acesso aos bens alocados pela gestão do Estado. Contrapõem-se às iniquidades o conceito de Equidade:
- “Distribuição dos bens públicos à sociedade, segundo as necessidades diferenciadas das pessoas ou grupos – um dos pilares básicos do Estado de Bem - Estar Social. Deve ser diferenciada de simples igualdade, na qual se contempla simplesmente a divisão, ou rateio, por igual, entre todos. No Direito, há uma frase famosa que define a equidade como tratar desigualdade os desiguais.

- 1. O que são e para que existem Políticas Públicas?

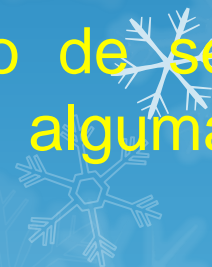


- O objetivo da equidade é diminuir **desigualdades**. Mas isso não significa que a equidade seja sinônimo de igualdade. Apesar de todos terem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades diferentes. Equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior. Para isso, a rede de serviços deve estar atenta às necessidades reais da população a ser atendida. A equidade é um princípio de justiça social.

- Na educação, como podemos abordar a equidade com relação às populações etnicamente distintas?



- O que são multiculturalismo e interculturalismo?
- Os termos multiculturalismo e interculturalismo são muitas vezes utilizados como sinônimos. No entanto, a palavra multiculturalismo significa, para muitos, uma realidade social: a presença de diferentes grupos culturais em uma mesma sociedade. Na maioria de nossos países e cidades há a convivência de pessoas de diversas extrações culturais.
- Estas não vivem encapsuladas, cada uma dentro de seu próprio grupo, mas estabelecem relações entre si, algumas positivas e outras negativas.



- O que são multiculturalismo e interculturalismo?
- Interculturalidade é qualquer relação entre pessoas ou grupos sociais de diversas culturas. Por extensão, pode-se chamar também de interculturais as atitudes de pessoas e grupos de uma cultura em referência a elementos de outra cultura. Alguns falam também de interculturalidade em termos mais abstratos, ao comparar os diversos sistemas culturais, como por exemplo, a cosmovisão indígena e a ocidental. Mas este é um uso derivado do anterior, sobretudo através de uma perspectiva educativa.
- “Numa perspectiva intercultural não basta reconhecer a diferença, é preciso estabelecer uma relação, uma inter-relação entre pessoas de culturas diferentes para justamente permitir um entendimento recíproco, de tal forma que essa relação implique um desafio à reelaboração de cada um”
Tedeschi, L. A.

- O que são multiculturalismo e interculturalismo?
- Mas afinal, o que é cultura?
- Debater o conceito de cada um sobre cultura.
-
- Debate no grande grupo: as políticas públicas vigentes no Brasil estão de acordo com as expectativas multi e interculturais?



- **Raças e etnias**

- Juliana K. Nogueira, sobre a diversidade cultural, aborda, citando outros autores que “todo o brasileiro vive uma situação no mínimo, inusitada. De um lado, há o discurso de que nós somos um povo único, fruto de um intenso processo de miscigenação e mestiçagem, que gerou uma nação singular com indivíduos culturalmente diversificados.
- De outro, vivenciamos em nossas relações cotidianas inúmeras práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas em relação a alguns segmentos da população, como, as mulheres, os indígenas e os afro-descendentes”.

- **Raças e etnias**

- “Reconhecer a diferença é questionar os conceitos homogêneos, estáveis e permanentes que excluem o ou a diferente. As certezas que foram socialmente construídas devem se fragilizar e desvanecer. Para tanto, é preciso desconstruir, pluralizar, ressignificar, reinventar identidades e subjetividades, saberes, valores, convicções, horizonte de sentidos. Somos obrigados a assumir o múltiplo, o plural, o diferente, o híbrido, na sociedade como um todo” (CANDAUI, 2005).
- Uma ação pedagógica realmente pautada na diversidade cultural deve ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Tem obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença, ela coloca em seu centro uma teoria que permita não só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela discursivamente está constituída.

- Raças e etnias
- O conceito de raça quando aplicado a humanidade causa inúmeras polêmicas, porque a área biológica comprovou que as diferenças genéticas entre os seres humanos são mínimas, por isso não se admite mais que a humanidade é constituída por raças. Na década de 1970, o Movimento Negro Unificado e os teóricos que defendiam a causa, ressignificaram o conceito de raça como uma construção social forjada nas tensas relações entre brancos, negros e indígenas. Muitas vezes simulados como harmoniosos, não tinha relação com o conceito biológico de raça cunhado no século XIX, e que hoje está superado.
- O conceito de raça ao ser usado com conotação política permite, por exemplo, aos negros valorizar a característica que difere das outras populações e romper com as teorias raciais que foram formuladas no século XIX e até hoje permeia o imaginário popular.

- **Raças e etnias**
- O termo étnico é geralmente segundo Petronilha Beatriz Silva (BRASIL, 2004), marca as relações tensas por causa das diferenças na cor da pele e nos traços fisionômicos que caracterizam a raiz cultural plantada ancestralidade dos mais diversos grupos, que difere em visão de mundo, valores e princípios de origem indígena, europeia ou asiática.
- O termo étnico é fundamental para demarcar que indivíduo pode ter a mesma cor da pele que o outro, a mesmo tipo de cabelo e traços culturais e sociais que os distingue, caracterizando assim etnias diferentes.
- Debater estes conceitos. A diversidade cultural é contemplada no Brasil?

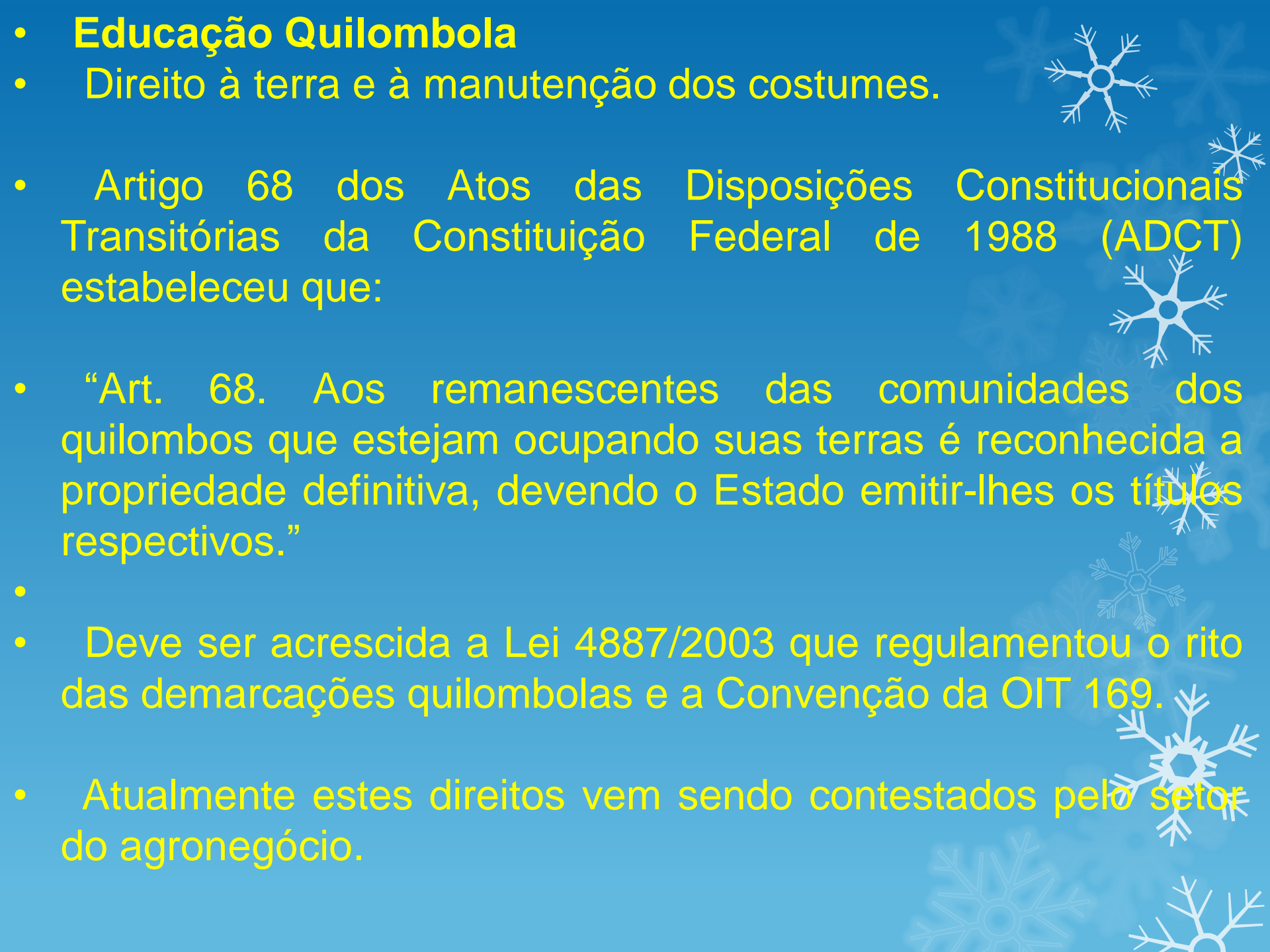
- **Educação Quilombola**

- O que são quilombos?

- “Quilombos Contemporâneos, comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo” Brasil, Educação Quilombola.

- **Direito à terra e à manutenção dos costumes.**

- “A visibilidade das comunidades negras rurais começou a ganhar expressão a partir da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garantiu a propriedade dos moradores nas áreas supracitadas. Baseados na Lei, os quilombolas lutam pela emissão dos títulos definitivos de suas terras”. Brasil, Educação Quilombola.

- **Educação Quilombola**
 - Direito à terra e à manutenção dos costumes.
 - Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT) estabeleceu que:
 - “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”
 - Deve ser acrescentada a Lei 4887/2003 que regulamentou o rito das demarcações quilombolas e a Convenção da OIT 169.
 - Atualmente estes direitos vem sendo contestados pelo setor do agronegócio.
- 

• Educação Quilombola

- E qual é o papel da escola?
- A CF/1988 no artigo 210 garante a educação multicultural.
- A Lei 9.394/96, LDBE ratificou o direito à educação escolar bilingue e intercultural e introduziu o ensino do multiculturalismo e etnicidade.
- No entanto, com relação à cultura da população negra e educação quilombola, foi com a alteração proposta pela Lei 10.639/2003 nos artigos 26 e 79 que ficou ressaltado a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica.



- **Educação Quilombola**

- Torna-se oportuno e agora obrigatório o estudo dessa parte da História do Brasil. As “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História”.
- Posteriormente uma nova lei 11645/08 alterou o artigo 26 e aprimorou a resolução:
- Art. 1o O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:



• Educação Quilombola

- “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
- § 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)”
- Debater o alcance desta lei.
- Debater o papel da escola.

- **Educação Quilombola**
- Debater. Vídeo Quilombos.
- Trabalho em grupo: como implanta e implementar um recorte educacional na luta pela manutenção da identidade cultural nos territórios quilombolas?

